



**Medidas emergenciais  
para recuperação  
da economia,  
do emprego  
e da renda**

# Medidas emergenciais para recuperação da economia, do emprego e da renda

Bancadas do  Senado Federal e Câmara dos Deputados

24 de abril de 2017

## Agradecimentos

Agradecemos a todos economistas que contribuíram para a elaboração desse documento, com a leitura prévia, comentários, sugestões de novas propostas e aperfeiçoamento das propostas originalmente pensadas. A participação desses economistas foi fundamental para um trabalho mais completo e plural. Ainda assim, esses economistas não têm responsabilidade pela elaboração final do documento que expressa as opiniões das Bancadas do PT no Senado Federal e na Câmara dos Deputados. Dentre os economistas, gostaríamos de agradecer especialmente a André Calixtre, Carlos Frederico Leão Rocha, Carlos Pinkusfeld Monteiro Bastos, Eduardo Costa Pinto, Emilio Chernavsky, Fernando Rugitsky, Gabriel Muricca Galípolo, Gustavo Galvão dos Santos, Helena Maria Martins Lastres, João Sicsú, José Carlos Assis, José Eduardo Cassiolato, Leda Paulani, Luiz Gonzaga Belluzzo, Marta Castilho, Mauro Santos Silva, Pedro Paulo Zaluth Bastos, Ricardo Carneiro e o Embaixador Samuel Pinheiro Guimarães. Agradecimento especial à economista Esther Dweck que coordenou este trabalho.

### Coordenadores do Núcleo de Economia

PT do Senado Federal – Lindbergh Farias

PT na Câmara dos Deputados – Enio Verri

Estamos vivendo uma das piores recessões da nossa história e sem qualquer perspectiva de melhora. O desemprego aumentou drasticamente e está havendo perda de poder de compra das famílias, mesmo com inflação baixa.

A desaceleração econômica observada até 2014, deu lugar a uma forte recessão econômica com queda do crescimento da economia por dois anos seguidos.

Esse resultado é, em parte, decorrente de fatores externos, como a lenta recuperação da economia mundial após a crise financeira global de 2008/9, com comércio mundial crescendo menos do que o PIB mundial, e a desaceleração da China.

Mas, o período recessivo foi consequência de fatores e decisões internas. Começou com a enorme instabilidade política que se seguiu às eleições de 2014; com a paralisação de setores importantes como os da construção civil e petróleo e gás, decorrente da forma de atuação da operação lava jato; com o corte dos investimentos da União, da PETROBRAS, dos estados e dos municípios; com a redução de crédito por parte dos bancos, em especial, dos públicos.

Isso tudo provocou, de maneira acentuada, a redução do emprego e da renda e, em consequência, da demanda por bens e serviços, num círculo vicioso, perverso e altamente perigoso: a queda de atividade econômica faz cair a arrecadação tributária, aumentando o déficit fiscal. A queda dos rendimentos e das vendas agravam o quadro econômico, gerando um alto nível de endividamento de empresas e famílias brasileiras.

O governo de Michel Temer insiste em adotar medidas que destruirão os instrumentos capazes de garantir um crescimento econômico sustentado e inclusivo.

Aumentou o ajuste fiscal, ao congelar e reduzir investimentos públicos e programas pelos próximos 20 anos; apresentou as reformas previdenciária e trabalhista, que acabam com os direitos sociais e diminuem a renda; abriu mão da soberania nacional nas decisões sobre o petróleo do pré-sal; deu início ao fatiamento e desnacionalização da Petrobras; abandonou investimentos estratégicos; acabou com a política de conteúdo nacional; reduziu os recursos do BNDES; manteve elevada a taxa real de juros, mesmo com a inflação em queda; transformou a TJLP em taxa de mercado (TLP).

Essas medidas minam a capacidade de desenvolvimento do país e agravam a situação das empresas, do emprego e das famílias, contribuindo para quebrar as empresas brasileiras, entregando o Brasil à especulação internacional.

Temer e os artífices do golpe, apoiados pela grande mídia, alegavam que, após retirarem a Presidenta Dilma Rousseff, a economia voltaria a crescer e o desemprego cairia. Bastava aprovar a EC 95/2016, aquela que congelou tudo, para melhorar o ambiente econômico, recuperar a confiança e retomar o crescimento.

Não há, entretanto, no cenário próximo, qualquer espaço para recuperação da economia e do emprego. A queda do PIB no quarto trimestre de 2016 - em 0,9%, maior do que as dos dois trimestres anteriores (0,3 e 0,7%) - reforça esse entendimento.

Os programas anunciados para retomar o crescimento, como o cartão reforma residencial, as concessões e a liberação do FGTS das contas inativas, são pontuais, sem impacto macroeconômico. No caso das concessões, não há saída antes de se resolver o problema das empresas de construção. Neste sentido nada de novo foi apresentado por Temer.

As propostas de caráter emergencial que apresentamos a seguir são para reverter esse quadro, buscar a recuperação da economia, da renda e do emprego.

Só conseguiremos isso colocando dinheiro nas mãos dos mais pobres e dos trabalhadores, ajudando a recuperação das empresas brasileiras e seus sistemas produtivos, investindo nos serviços públicos essenciais para o povo e recuperando a capacidade de investimento do Estado em todos os âmbitos da federação, especialmente da Petrobrás.

Assim como nos tem demonstrado a experiência positiva de Portugal, e negativa de outros países, não é o "austericídio" que garante o crescimento da economia.

O PT já governou o Brasil. Sabemos o que fazer para gerar emprego e recuperar a renda. Por isso, nossas bancadas, na Câmara dos Deputados e no Senado Federal apresentam essas propostas objetivas, como contribuição para tirar o País da crise e recuperar o crescimento econômico, o emprego e a renda dos brasileiros.

Continuaremos trabalhando para, a partir desse documento mais emergencial, que agora apresentamos, construirmos uma nova estratégia de desenvolvimento inclusivo e soberano.

Nosso compromisso é com o Brasil e com o povo brasileiro.

**GLEISI HOFFMANN**  
Líder do PT no Senado Federal

**CARLOS ZARATTINI**  
Líder do PT na Câmara dos Deputados

# 1

## PROTEGER OS TRABALHADORES NA CRISE, SEUS DIREITOS E PATRIMÔNIO

### **Retirar de pauta a reforma da previdência, a Reforma Trabalhista e revogar a lei de terceirização**

A Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 287/2016 que trata da previdência, encaminhada pelo governo ao Congresso em dezembro de 2016, reduz o valor de benefícios futuros, impõe no mínimo 65 anos com 25 de contribuição para aposentadoria, aumenta os anos de contribuição para recebimento integral do benefício, amplia as idades requeridas para aposentadoria de homens e mulheres, inviabiliza a aposentadoria de trabalhadores rurais, e dificulta o acesso aos benefícios assistenciais. Mesmo que mudanças pontuais sejam feitas, essa reforma será nefasta ao povo brasileiro. A reforma ao diminuir a cobertura previdenciária e extinguir direitos, vai aumentar a pobreza e reforçar desigualdades. Já a reforma trabalhista propõe o negociado sobre o legislado e a flexibilização das jornadas de trabalho. A lei de terceirização ampla e irrestrita torna precárias as relações de trabalho.

### **Aumentar as parcelas do benefício do seguro desemprego e antecipar o Abono Salarial de 2016 que só será pago em 2018**

Há uma previsão legal para ampliar as parcelas do seguro desemprego em momento de alto desemprego. Em 2009,

essa alternativa foi utilizada com muito sucesso. Desde 2015, o abono salarial passou a ser pago metade em um ano e outra metade no ano seguinte. Para ampliar a renda das famílias brasileiras, seria importante antecipar para já a 2ª parcela referente a 2016, que só será paga em 2018.

### **Aumentar o Bolsa Família e qualificar as famílias beneficiárias**

Para as famílias mais vulneráveis, é importante aumentar os valores e alterar a faixa de enquadramento da pobreza (renda familiar per capita) do Bolsa Família, para incorporar mais famílias, e ampliar a política de formação profissional visando o emprego para os beneficiários do programa. Também instituir o pagamento do 13º no programa Bolsa Família.

### **Ampliar o Programa Minha Casa Minha Vida para habitação popular (Faixa 1)**

É essencial retomar as obras destinadas à faixa de rendimentos mais baixos do programa “Minha Casa Minha Vida”, que estão paralisadas, bem como a modalidade de construção via entidades. Essa é a faixa que tem o maior subsídio público e proporciona patrimônio às famílias mais pobres. Os recursos do FGTS poderiam ser utilizados para capitalizar o FAR (Fundo de Arrendamento Residencial), fundo utilizado para viabilizar tais empreendimentos. Esse programa também gera muitos empregos e movimenta o setor da construção civil, ajudando a economia.

### **Garantir o aumento real do salário mínimo**

Com a queda do PIB em 2015 e 2016, não haverá qualquer aumento real do salário mínimo, como dispõe a lei hoje

vigente. A EC 95/2016 irá acabar com esse instrumento de distribuição de renda e dinamização econômica, tanto pelo setor privado quanto pelos benefícios sociais (como previdência). Na crise, seria preciso ampliar o salário mínimo em termos reais, pois os trabalhadores que o recebem gastam praticamente tudo o que ganham, estimulando a economia. Além disso, como mais de 60% dos benefícios previdenciários do Regime Geral vinculam-se ao salário mínimo, a medida beneficiaria diretamente mais de 18 milhões de aposentados e pensionistas no país e na nossa economia.

### **Ampliar os investimentos com educação e saúde públicas**

A EC 95/2016 inviabiliza o aumento dos gastos nessas áreas, por isso temos de revogá-la. Esses gastos, além de um enorme potencial econômico, pelo mercado de consumo pelos investimentos que abrangem, geram também distribuição de renda direta e indireta ao ampliar e melhorar o acesso e qualificar os serviços públicos gratuitos.

## **2**

### **FORTALECER AS EMPRESAS BRASILEIRAS PARA GERAR EMPREGOS DE QUALIDADE**

#### **Ampliar as linhas emergenciais do BNDES, BB e Caixa para refinanciamento de dívida e capital de giro**

As empresas brasileiras estão endividadas e com grande capacidade ociosa, a maior já verificada na série histórica

iniciada em 2003. Por esta razão não há investimentos. Para evitar falências e retomar a produção é importante recuperar as empresas para produção. Em vez de acumular R\$ 100,0 bilhões em caixa, o BNDES tem de criar nova linha de crédito de capital de giro e contribuir para renegociar e reestruturar as dívidas das empresas.

#### **Liberar o Depósito Compulsório dos bancos para renegociar dívidas das empresas**

A liberação tem que ser condicionada para que os bancos privados renegociem as dívidas das empresas e não uma simples liberação do compulsório, que tende apenas a ampliar o endividamento público.

#### **Garantir câmbio estável e competitivo**

É preciso estabilizar o Real em patamares capazes de garantir a competitividade e proporcionar previsibilidade para as empresas e demais agentes. Durante as décadas de 1990 e 2000, utilizou-se o preço do dólar como forma de controlar a inflação, fazendo com que, ao final da década, o Brasil tivesse um dos preços do dólar mais baixos do mundo, comprometendo a competitividade da indústria brasileira. Recentemente, tínhamos voltado a ter um câmbio competitivo, mas tudo indica que novamente o BC voltou a usar o artifício de valorização do Real, mantendo uma taxa de juros mais alta que as do resto do mundo, o que tem deixado o preço do dólar cada vez mais prejudicial para quem produz, exporta e gera empregos no Brasil. E o que é mais grave, não há formas de prever a trajetória cambial.

### **Fortalecer o Banco do Brasil e expandir o crédito agrícola**

O setor agrícola tem um potencial de expandir a economia brasileira, pois é o setor com maior dinamismo no momento. Um aumento das linhas de crédito para investimento e custeio, especialmente para a agricultura familiar permitiria estimular o setor de máquinas e implementos agrícolas do País.

### **Apoiar os setores de alta tecnologia e defesa**

O Brasil possui setores de ponta tecnológica na cadeia de petróleo e gás, eletroeletrônica, biotecnologia, energias renováveis, saúde e sistemas de defesa. Essas são as indústrias nacionais de maior valor agregado e que precisam ser estimuladas, principalmente, por compras públicas e recuperação da obrigatoriedade de conteúdo nacional.

### **Aumentar o comércio Sul-Sul, principalmente BRICS**

Desde a crise de 2008/09, houve uma redução drástica do comércio mundial, com a taxa de crescimento sendo inferior ao crescimento do PIB mundial. Recentemente, medidas protecionistas ou isolacionistas foram acentuadas em países centrais. Tudo indica um possível fechamento de mercados tradicionais. Nesse sentido, é preciso aumentar o comércio com nossos parceiros do Sul, fortalecendo o Mercosul, e acentuar as relações com os BRICS, grupo que reúne Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul, com estratégia de integração produtiva.

# **3**

## **RECUPERAR A CAPACIDADE DE INVESTIMENTO DO ESTADO EM TODAS AS ESFERAS**

### **Revogar a Emenda Constitucional 95/2016 (Ex-PEC 55)**

Sem revogar essa EC, os gastos sociais, os investimentos públicos e a melhoria da prestação dos serviços públicos federais estarão comprometidos nos próximos 20 anos. A EC 95/2016 impõe uma forte redução do Estado Brasileiro, incompatível com o papel necessário do Estado para promover um crescimento sustentável e inclusivo.

### **Estabelecer um regime fiscal para o desenvolvimento econômico**

É preciso urgentemente estabelecer um novo regime fiscal para evitar o caráter pró-cíclico da política fiscal. A política fiscal tem que ser utilizada para garantir a capacidade de atuação do Estado e recuperar a capacidade de investimento do setor público, o grande dinamizador do crescimento. A recuperação do crescimento tem que ser o ponto central para qualquer estratégia de estabilização da dívida pública. Já há um projeto concreto em tramitação no Senado que estabelece a meta ajustada ao ciclo e cria regime especial de contingenciamento.

## **Aumentar as receitas públicas por meio de tributação progressiva**

É preciso uma medida emergencial para recompor as perdas de receitas públicas dos últimos anos. Se voltarmos ao nível pré-crise, 2008, já recuperaríamos a capacidade de investimento do Estado brasileiro. O aumento dos tributos deve ser feito sobre aqueles que, apesar da alta renda, não pagam imposto. Precisamos taxar lucros e dividendos e acabar com a isenção tributária de juros sobre capital próprio.

## **Combater à sonegação e recuperar a dívida ativa**

Além de tornar mais justa a carga tributária, é preciso acelerar as medidas de combate à sonegação e recuperação da dívida ativa para ampliar a arrecadação daqueles que devem ao Estado brasileiro. Estima-se R\$ 500 bilhões em sonegação, em torno de R\$ 1,3 trilhão em dívida ativa.

## **Renegociar as dívidas dos estados e criar plano emergencial com compromisso de investimentos**

As taxas de juros que vigoraram sobre a dívida dos estados foram abusivas e é preciso renegociá-las. Há pressão para que sejam exigidas contrapartidas que irão colocar os estados na mesma trajetória de medidas recessivas da EC 95 e da desestatização. Portanto, nesse momento, a solução é garantir recursos sem condicionalidades, exceto a de aumentar o investimento, o que ajuda a resgatar o crescimento econômico.

# 4

## **INVESTIR EM INFRAESTRUTURA PARA UMA ECONOMIA DINÂMICA E EFICIENTE**

### **Recuperar as empresas de construção civil**

Um dos setores mais importantes para competitividade internacional e a geração de empregos, o de construção civil, foi devastado, pela forma de atuação da operação lava jato, nos últimos anos, irradiando perdas para seus sistemas produtivos. Em vez de punir os donos das empresas, como ocorre em quase todos os países, no Brasil, houve punição severa às empresas, com interrupção das linhas de crédito e paralisação de diversas obras. Com isso, centenas de milhares de empregos foram perdidos e milhares estão ameaçados. É preciso urgentemente separar o tratamento da pessoa jurídica daquele que é dado à pessoa física, por meio de acordos de leniência e outras medidas, permitindo que esse setor volte a ser dinâmico e empregador.

### **Retomar as obras paradas nos estados**

As obras que já têm licença de operação podem rapidamente ser retomadas e gerar empregos. Além disso, por serem regionalmente diversificadas, tais obras têm capacidade de irradiar o desenvolvimento para todo o território nacional. São muitas obras do PAC que estão nesta condição.

### **Concluir com urgência absoluta a Transposição do Rio São Francisco eixo norte**

As secas prolongadas, cada vez mais, são uma triste perspectiva para o Nordeste em razão das mudanças climáticas. A economia e a vida das grandes cidades - em especial das regiões de agricultura irrigada - poderão ser inviabilizadas se essa obra não for concluída até meados de 2017. Propõe-se a urgente conclusão do projeto deste eixo que está parado.

### **Expandir a produção de energia elétrica focada em energias renováveis baratas**

Temos os menores custos potenciais do mundo na produção de energia renovável principalmente eólicas, solar (aproveitando que o Brasil tem uma combinação única de insolação, alto consumo, ampla rede de transmissão e perfeita complementariedade com o sistema hidroelétrico de grandes reservatórios) e bioeletricidade (queima de subprodutos da agroindústria e lixo)

### **Completar as obras ferroviárias de integração nacional**

Estão paradas as obras das ferrovias Norte-Sul, Transnordestina, Leste-Oeste entre outras. Elas são fundamentais para a integração nacional, assim como para reduzir o custo de transporte e de alimentação em todo o país. Elas podem gerar milhares de empregos e dar maior competitividade à indústria e à agricultura

### **Fazer aporte na ABGF para fortalecer as garantias dos empreendimentos estruturantes**

Um dos problemas das grandes obras é a exigência de garantias corporativas para o crédito e a cobrança de seguros carís-

simos para realizá-los. Como solução foi criada, no governo Dilma, a Agência Brasileira Gestora de Fundos Garantidores e Garantias, mas que não foi devidamente capitalizada para prestar os serviços adequados.

### **Criar Fundo Garantidor com as reservas internacionais para crédito do banco dos BRICS**

Usar parte das reservas como garantia para empréstimos de longo prazo junto ao Banco dos BRICS, estimulando a concorrência com o BID e o Banco Mundial. É preciso aproveitar o acordo com os BRICS e com bancos e agências de Fomento como BID, JBIC, JICA, para garantir financiamento para investimentos nestes países. Usar as reservas como garantia não trará nenhum impacto sobre a situação das contas nacionais.

### **Lançar o Fundo Nacional de Desenvolvimento e Emprego**

Criar um fundo destinado a financiar obras de infraestrutura, saneamento, habitação, mobilidade urbana, energia renovável e investimentos da Petrobrás. Há várias fontes de recursos para isso, como os R\$ 100 bilhões em caixa no BNDES e os recursos do FGTS.



# 5

## RECUPERAR O PAPEL CENTRAL DA PETROBRAS

### **Impedir e reverter a fragmentação, destruição e privatização da Petrobrás**

Estabelecer regras na legislação que impeçam a privatização disfarçada e as alienações – a preços vis – dos ativos da Petrobras, assim como a entrega de blocos gigantes do Pré-Sal para empresas estrangeiras. Temos de usar esse patrimônio brasileiro para ampliar e enraizar o desenvolvimento.

### **Reestabelecer os planos de investimento da Petrobrás**

Os indicadores financeiros da Petrobrás foram muito afetados em 2015 pela queda do preço do petróleo e pela forte desvalorização cambial, dado o peso das dívidas em dólar para a empresa. A atual gestão, se aproveitando da conjuntura atual, estabeleceu parâmetros para a situação financeira, com foco no curtíssimo prazo, o que tem levada a uma política de desinvestimento (venda de patrimônio). Uma gestão financeira mais adequada permitiria a manutenção de um calendário de investimentos e manteria a solvência da empresa. A Petrobrás foi a principal empresa no crescimento dos investimentos no Brasil nos últimos anos.

### **Concluir as obras paradas, especialmente plataformas e refinarias**

Parar centenas de obras quase concluídas foi um dos maiores erros registrados no país nos últimos anos. Equipamentos de bilhões de dólares estão enferrujando, a Petrobrás está deixando de faturar centenas de bilhões de reais por não ter investido uma pequena fração para concluir essas obras. O primeiro passo é a realização de um acordo de leniência com as construtoras e o pagamento para a finalização das obras.

### **Fortalecer a política de conteúdo nacional e regional de compras da Petrobras**

Nos últimos 2 anos, centenas de milhares de empregos foram perdidos nas empresas fornecedoras do sistema Petrobrás. O Brasil voltou a encomendar plataformas na China e Cingapura. Vamos restabelecer e reformular os programas de conteúdo nacional, regional e local. Os produtos fornecidos para a Petrobrás e suas obras devem ser majoritariamente fabricados e contratados no Brasil, gerando empregos para o nosso povo.

# 6

## REDUÇÃO ESTRUTURAL DOS JUROS

### **Reduzir a taxa básica de juros real**

Não há qualquer incentivo à atividade produtiva com taxas básicas de juros reais próximas a 6% e com o custo de crédito que temos no Brasil. Diante da forte recessão e do cenário de queda da inflação para meta é importante que sejam reduzidas rapidamente as taxas de juros e que se controlem os *spreads* (ganhos bancários) no crédito, principalmente para capital de giro. Os Bancos Públicos têm papel essencial nesse controle, ao baixar os próprios juros.

### **Definir duplo mandato para o Banco Central, que deve cuidar da inflação e do emprego**

Garantir que as políticas monetária e cambial sejam conduzidas não apenas para garantir a estabilidade dos preços e o controle da inflação, mas também em favor do crescimento, da geração do emprego e do aumento da renda, como faz o FED, Banco Central Americano.

### **Reduzir os ganhos bancários no crédito dos bancos oficiais para empresas e famílias**

Os *spreads* (ganho dos bancos) altos no Brasil não são decorrentes do crédito direcionado, como insistem os atuais condutores da política econômica. O que mais explica que os *spreads* brasileiros sejam os maiores do mundo é a forte

concentração do sistema bancário. Hoje, apenas 4 bancos respondem por mais de 74% do crédito no Brasil. O país tem importantes bancos públicos que também concentram o crédito e podem orientar a redução dos *spreads* e baixar o custo do crédito, ampliando a concorrência com os bancos privados.



#### **PT no Senado Federal**

Fátima Bezerra (RN)  
Gleisi Hoffmann (PR) – Líder  
Humberto Costa (PE)  
Jorge Viana (AC)  
José Pimentel (CE)  
Lindbergh Farias (RJ)  
Paulo Paim (RS)  
Paulo Rocha (PA)  
Regina Sousa (PI)

José Guimarães (CE)  
José Mentor (SP)  
Léo de Brito (AC)  
Leonardo Monteiro (MG)  
Luiz Couto (PB)  
Luizianne Lins (CE)  
Luiz Sérgio (RJ)  
Marco Maia (RS)  
Marcon (RS)  
Maria do Rosário (RS)  
Margarida Salomão (MG)  
Nelson Pellegrino (BA)  
Nilto Tatto (SP)  
Padre João (MG)  
Patrus Ananias (MG)  
Paulo Pimenta (RS)  
Paulo Fernando dos Santos (AL)  
Paulo Teixeira (SP)  
Pedro Uczai (SC)  
Pepe Vargas (RS)  
Reginaldo Lopes (MG)  
Robinson Almeida (BA)  
Rubens Otoni (GO)  
Ságuas Moraes (MT)  
Valmir Assunção (BA)  
Valmir Prascidelli (SP)  
Vander Loubet (MS)  
Vicente Cândido (SP)  
Vicentinho (SP)  
Wadih Damous (RJ)  
Waldenor Pereira (BA)  
Zé Carlos (MA)  
Zeca Dirceu (PR)  
Zeca do PT (MS)  
Zé Geraldo (PA)

#### **PT na Câmara dos Deputados**

Adelmo Leão (MG)  
Afonso Florence (BA)  
Ana Perugini (SP)  
Andrés Sanchez (SP)  
Angelim (AC)  
Arlindo Chinaglia (SP)  
Assis Carvalho (PI)  
Benedita da Silva (RJ)  
Beto Faro (PA)  
Caetano (BA)  
Carlos Zarattini (SP) - Líder  
Chico D'Angelo (RJ)  
Décio Lima (SC)  
Elvino Bohn Gass (RS)  
Enio Verri (PR)  
Erika Kokay (DF)  
Gabriel Guimarães (MG)  
Givaldo Vieira (ES)  
Helder Salomão (ES)  
Henrique Fontana (RS)  
João Daniel (SE)  
José Airton Cirilo (CE)  
Jorge Solla (BA)

